



Arquitetura religiosa, memória coletiva e identidade na formação da paisagem urbana do interior paulista

Thamires Poi Prudêncio, Wesley Aparecido dos Santos e Vladimir Benincasa

Thamires POI PRUDÊNCIO

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; thamires.poi@unesp.br

Wesley APARECIDO DOS SANTOS

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; wesley.a.santos@unesp.br

Vladimir BENINCASA

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; vladimir.benincasa@unesp.br

POI PRUDÊNCIO, Thamires; APARECIDO DOS SANTOS, Wesley. BENINCASA, Vladimir. Arquitetura religiosa, memória coletiva e identidade na formação da paisagem urbana do interior paulista. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, e 612, mai. 2026

data de submissão: 05/03/2026

data de aceite: 10/05/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.612

Contribuição de autoria: Concepção; Coleta de dados; Visualização; Redação - revisão e edição: POI PRUDÊNCIO, T.; APARECIDO DOS SANTOS, W.; BENINCASA, V. Software: POI PRUDÊNCIO, T. Supervisão; Validação: BENINCASA, V.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Não possui.

Uso de I.A.: Houve o uso da ferramenta de inteligência artificial generativa para revisão e correção linguística, formatação de texto e organização textual.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e Rodrigo Scheeren

Resumo

Este artigo analisa a arquitetura religiosa como elemento estruturador da paisagem urbana e mediador da memória coletiva no interior paulista. Parte-se da compreensão de que a cidade ultrapassa sua dimensão material, configurando-se como uma construção simbólica sustentada pelos significados atribuídos aos seus espaços. A investigação desenvolve-se a partir de revisão teórica que articula os conceitos de lugar antropológico e patrimônio, buscando evidenciar como os templos católicos funcionam como âncoras físicas de continuidade histórica no tecido urbano. No contexto brasileiro, examina-se a influência do regime do padroado e a constituição dos patrimônios religiosos como vetores de ocupação territorial, nos quais a edificação sacra desempenhava funções administrativas e institucionais centrais para a oficialização dos núcleos urbanos. A análise aborda, ainda, as tensões entre a centralidade eclesial tradicional e as novas lógicas espaciais decorrentes da expansão cafeeira e ferroviária no século XIX, demonstrando que, apesar das transformações infraestruturais, o edifício religioso permanece como suporte ativo da memória. Conclui-se que a arquitetura sacra deve ser compreendida como fenômeno dinâmico, cuja preservação é fundamental para sustentar o sentido de lugar e a coesão social nas cidades contemporâneas.

Palavras-chave: arquitetura religiosa, memória coletiva, patrimônio cultural, interior paulista.

Abstract

This article analyzes religious architecture as a structuring element of the urban landscape and a mediator of collective memory in the hinterland of São Paulo. It is based on the understanding that the city transcends its material dimension, configuring itself as a symbolic construction sustained by the meanings attributed to its spaces. The investigation develops from a theoretical review articulating the concepts of anthropological place and heritage, seeking to demonstrate how Catholic temples function as physical anchors of historical continuity within the urban fabric. In the Brazilian context, it examines the influence of the padroado (patronage) regime and the constitution of religious estates as vectors of territorial occupation, in which sacred buildings performed central administrative and institutional functions for the officialization of urban nuclei. Furthermore, the analysis addresses the tensions between traditional ecclesiastical centrality and the new spatial logics resulting from the 19th-century coffee and railway expansion, demonstrating that, despite infrastructural transformations, the religious building remains an active support for memory. It concludes that sacred architecture must be understood as a dynamic phenomenon, whose preservation is fundamental to sustaining the sense of place and social cohesion in contemporary cities.

Keywords: religious architecture, collective memory, cultural heritage, são paulo state interior.

Resumen

Este artículo analiza la arquitectura religiosa como elemento estructurador del paisaje urbano y mediador de la memoria colectiva en el interior del estado de São Paulo. Se parte de la comprensión de que la ciudad trasciende su dimensión material, configurándose como una construcción simbólica sustentada por los significados atribuidos a sus espacios. La investigación se desarrolla a partir de una revisión teórica que articula los conceptos de lugar antropológico y patrimonio, buscando evidenciar cómo los templos católicos funcionan como anclas físicas de continuidad histórica en el tejido urbano. En el contexto brasileño, se examina la influencia del régimen del patronato y la constitución de los patrimônios religiosos como vectores de ocupación territorial,

en los cuales la edificación sacra desempeñaba funciones administrativas e institucionales centrales para la oficialización de los núcleos urbanos. El análisis aborda, además, las tensiones entre la centralidad eclesial tradicional y las nuevas lógicas espaciales derivadas de la expansión cafetalera y ferroviaria en el siglo XIX, demostrando que, a pesar de las transformaciones infraestructurales, el edificio religioso permanece como soporte activo de la memoria. Se concluye que la arquitectura sacra debe ser comprendida como un fenómeno dinámico, cuya preservación es fundamental para sustentar el sentido de lugar y la cohesión social en las ciudades contemporáneas.

Palabras-clave: *arquitectura religiosa, memoria colectiva, patrimonio cultural, interior paulista.*

Introdução

A cidade pode ser compreendida como uma construção coletiva que ultrapassa sua dimensão estritamente material, sendo continuamente produzida a partir das experiências, dos usos e dos significados atribuídos aos seus espaços ao longo do tempo. Mais do que um conjunto de formas edificadas, o ambiente urbano configura-se como instância mediadora entre o indivíduo e o corpo social, influenciando a maneira como a urbe é percebida, interpretada e vivenciada no cotidiano. Nessa perspectiva, a percepção urbana não se limita ao campo visual, pois envolve processos de reconhecimento, memória e atribuição de sentido, por meio dos quais o espaço é apreendido a partir das informações simbólicas e culturais que nele se inscrevem (Landim, 2004, p. 29).

É nesse contexto que os espaços sagrados assumem posição singular na vivência do espaço urbano. Presentes em distintas tradições religiosas, esses lugares se destinam às práticas de culto e, por essa razão, adquirem significados específicos para os grupos que deles se apropriam. Ao longo da história, o ser humano buscou não apenas reconhecer o sagrado, mas torná-lo presente na vida cotidiana, recorrendo à arte e à arquitetura como meios de expressão e materialização de crenças, dogmas e doutrinas. Ainda que tais manifestações variem conforme o tempo e a cultura, a criação de espaços religiosos revela a necessidade de conferir permanência e visibilidade a experiências que extrapolam a esfera individual (Oliveira, 2010, p. 20).

Conforme Treft (2021, p. 18), a presença da arquitetura religiosa no espaço urbano, principalmente no período anterior ao Concílio Vaticano II, não se limitava ao seu valor simbólico, eles eram a materialização do sagrado. Assim, a inserção desses espaços no tecni-

do urbano adquiria relevância particular em função da influência histórica da Igreja Católica, estando diretamente relacionada aos processos de formação dos núcleos urbanos. Mais que isso, no contexto brasileiro, a consolidação de um povoado esteve historicamente associada à criação de uma freguesia ou paróquia. Ainda que o templo não figurasse, necessariamente, como a primeira edificação erguida, a construção de uma capela e a fixação de um sacerdote constituíam requisitos fundamentais para o reconhecimento oficial da povoação e para o acesso a serviços administrativos básicos (Rosada 2015, p. 29).

Até a Proclamação da República, essa atuação como elemento estruturador se manifestou de forma abrangente, influenciando tanto a configuração espacial das cidades quanto o cotidiano da população (Marx, 1991). Integrada ao projeto colonial, a Igreja assumia responsabilidades que extrapolavam o campo estritamente religioso, abrangendo os registros civis, a gestão dos cemitérios e a manutenção de instituições assistenciais, como hospitais e asilos (Treff, 2021, p. 28). Essa centralidade é reforçada por Rosada (2010, p. 30), ao demonstrar que a Igreja integrou o projeto de colonização e atuou de maneira articulada ao Estado, exercendo funções administrativas e espirituais que a consolidaram como elemento estruturante na organização espacial das cidades brasileiras. A amplitude dessas atribuições contribuiu para afirmar o sagrado como núcleo articulador entre o mundo humano e o sobrenatural, organizando a cidade segundo uma lógica hierarquizada. Desse modo, a paisagem religiosa pode ser compreendida como um produto cultural, resultante da materialização de visões de mundo em expressões arquitetônicas (Campos, 2014, p. 118).

Essa influência se manifesta de forma clara na posição de destaque ocupada pelos templos na paisagem urbana, consolidando-os como referências visuais, simbólicas e sociais. Tal condição mostra-se especialmente evidente nas igrejas matrizes, que historicamente concentraram atividades religiosas, civis e festivas, conforme observa Treff (2021, p. 18).

Para além de sua função normativa, a religião católica exerceu influência decisiva na constituição do patrimônio cultural, contribuindo para a formação de linguagens que marcaram de modo profundo o território. Inserida nesse processo, a arquitetura religiosa ultrapassa o âmbito estritamente litúrgico e passa a integrar o conjunto de referências que sustentam a memória coletiva e a identidade local (Corrêa, 2022, p. 72). Esses edifícios se configuram, assim, como su-

portes materiais de valores compartilhados, capazes de concentrar e transmitir significados históricos e sociais ao longo do tempo.

Desse modo, esses edifícios passaram a ser reconhecidos como bens culturais diretamente associados à noção de patrimônio. No senso comum, os monumentos históricos são frequentemente compreendidos como heranças coletivas, o que favorece a recorrente sobreposição entre os conceitos de “monumento” e “patrimônio” (Cerávolo, 2010, p. 48). Essa compreensão reforça o papel da arquitetura sacra como elemento estruturante da identidade urbana, ainda que tais espaços não permaneçam imunes às transformações impostas pelo tempo e pelas mudanças sociais. De acordo com Oliveira (2010, p. 23), o valor atribuído ao espaço sagrado não é permanente nem imutável, mas resulta de construções históricas situadas, que se redefinem à medida que a sociedade se transforma.

É nesse cenário que se insere o caso do interior paulista. A formação das cidades nessa região esteve diretamente relacionada à constituição dos patrimônios religiosos e à implantação da igreja matriz como elemento estruturador do espaço urbano, ao menos enquanto vigorou o Padroado, ou seja, a união entre Estado e Igreja, oficialmente rompida pelo Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890, que instituiu o Estado laico (Tref, 2025).

A partir da segunda metade do século XIX, até 1889, o avanço da economia cafeeira e a expansão das ferrovias pelo interior paulista multiplicou os núcleos urbanos, cuja organização inicial se estruturava a partir da doação de um terreno, o patrimônio, a um santo, onde se erguia a primeira capela no centro de uma praça: ao redor desta, se desenvolviam as primeiras edificações. Embora esse processo seja amplamente reconhecido pela historiografia urbana, a arquitetura religiosa costuma ser analisada sobretudo sob perspectivas morfológicas ou cronológicas, limitadas à sua função como marco histórico ou visual da paisagem atual.

Entretanto, a permanência dessas edificações na centralidade física e simbólica das cidades indica que seu papel ultrapassa a simples ordenação do traçado urbano. A arquitetura religiosa, além de participar da conformação territorial desses núcleos, contribuiu para a consolidação de referenciais coletivos, funcionando como suporte de memórias compartilhadas e como elemento estruturador da identidade local. Compreender a paisagem urbana do interior paulista

exige, portanto, ir além da análise formal e considerar os sentidos sociais e simbólicos que se consolidam no espaço construído ao longo do tempo.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel da arquitetura religiosa na formação da paisagem urbana do interior paulista, articulando sua dimensão material à produção da memória coletiva e à construção de identidades sociais. Parte-se da compreensão de que a cidade não se reduz ao desenho de ruas e edificações, mas resulta de processos históricos, práticas sociais e significados atribuídos pelos grupos que nela se reconhecem.

Do ponto de vista metodológico, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter histórico e teórico, articulando pesquisas sobre a formação urbana paulista a referenciais acerca de memória coletiva, lugar e espaço construído.

A partir dessa fundamentação, o artigo organiza-se em quatro momentos complementares. Inicialmente, discute-se a relação entre memória coletiva, espaço e identidade. Em seguida, examina-se a arquitetura religiosa como mediadora da memória e da identidade urbana. Na sequência, aprofunda-se a discussão sobre a formação da paisagem urbana no interior paulista. Por fim, apresentam-se as considerações conclusivas.

Memória coletiva, espaço e identidade

A cidade pode ser compreendida não apenas como um conjunto de infraestruturas, mas como uma realidade viva e em permanente construção, o que exige investigar as camadas menos visíveis que sustentam o tecido urbano. Se, até este ponto, foi possível evidenciar a importância histórica dos núcleos populacionais, cabe agora aprofundar a análise dos mecanismos por meio dos quais esses espaços passam a adquirir significado. A relação entre o ser humano e o ambiente ultrapassa a satisfação de necessidades físicas elementares, pois envolve dimensões simbólicas e subjetivas responsáveis por organizar pensamentos, afetos e recordações. Habitar, nesse sentido, pressupõe estruturar a própria experiência no mundo, permitindo que a identidade se construa a partir dos lugares vividos e que o espaço deixe de ser apenas um suporte material para integrar, de forma ativa, a formação do sujeito (Pallasmaa, 2016, p. 8).

É nesse campo de interação que a memória se apresenta como elemento fundamental da experiência humana. Ainda que marcada por lacunas, seleções e

constantes reorganizações, ela constitui o principal elo entre o presente e aquilo que foi vivido anteriormente. Diferentemente da imaginação, que opera no domínio do possível ou do fictício, a memória está associada à consciência de que um acontecimento efetivamente ocorreu em um tempo passado, preservando uma intenção de verdade mesmo quando sujeita a distorções. Essa condição confere à memória um estatuto singular na relação com o passado e na construção do sentido histórico da experiência (Ricoeur, 2007, p. 40).

A memória, contudo, não se configura como um registro fixo ou imutável. As lembranças são continuamente reorganizadas a partir das experiências acumuladas, das transformações culturais e das condições presentes no momento da recordação. Nesse processo, o espaço desempenha papel central ao contribuir para que o indivíduo compreenda sua posição no mundo e estabeleça vínculos com grupos, práticas e lugares específicos. Assim, o passado não é simplesmente recuperado, mas reinterpretado a partir das condições do presente, possibilitando a produção de novas narrativas individuais e coletivas que articulam tempo, espaço e experiência (Corrêa, 2022, p. 68-69).

Embora seja vivenciada de maneira pessoal, a memória não pode ser compreendida como fenômeno estritamente individual. As recordações são atravessadas por referências sociais, valores compartilhados e quadros coletivos que orientam a forma como o passado é lembrado e significado. Mesmo experiências que parecem solitárias são mediadas por linguagens, costumes e relações sociais, o que evidencia que a memória individual corresponde sempre a um ponto de vista particular inscrito em uma memória mais ampla e socialmente construída (Halbwachs, 1990, p. 26).

Essa condição permite compreender por que diferentes indivíduos se apropriam de uma mesma memória coletiva de maneiras distintas. A posição ocupada no interior de um grupo social, assim como as relações estabelecidas com outros grupos, influencia diretamente a seleção, a interpretação e o valor atribuído às lembranças. Ainda que essas apropriações variem conforme o sujeito, elas não se produzem de modo aleatório, pois refletem influências sociais que moldam percepções, afetos e formas de compreender o passado (Halbwachs, 1990, p. 51).

Nesse processo, os grupos sociais tendem a preservar determinados modos de pensar e interpretar a realidade como forma de assegurar uma continuidade simbólica entre seus membros. Mesmo diante do contato

com opiniões divergentes ou da ampliação das experiências individuais, grande parte das visões de mundo permanece vinculada aos contextos sociais vividos. Assim, a memória atua como um elemento de coesão, contribuindo para a manutenção de referências compartilhadas ao longo do tempo e para a estabilidade dos vínculos coletivos (Halbwachs, 1990, p. 47).

Torna-se necessário, portanto, distinguir memória coletiva e história, ainda que ambas se relacionem diretamente com a experiência do passado. Enquanto a história organiza os acontecimentos por meio de registros sistemáticos, recortes temporais e narrativas estruturadas, a memória coletiva permanece vinculada às experiências vividas e às tradições transmitidas no cotidiano dos grupos. A história tende a emergir à medida que essas lembranças deixam de circular de forma ativa, passando a depender de registros externos para sua preservação. A memória coletiva, por sua vez, não se orienta pela conservação integral do passado, mas pela seleção daquilo que continua significativo para o grupo no presente (Halbwachs, 1990, p. 80-82).

A memória opera, então, como um processo contínuo, guiado pela permanência de sentidos e pela experiência compartilhada. Quando desvinculada de referências sociais e espaciais, tende a aproximar-se do campo da imaginação, assumindo um caráter instável e fragmentado. Nesse nível, as imagens mentais organizam-se sobretudo a partir de sensações corporais, e não segundo uma lógica reflexiva. Para manter sua densidade simbólica e social, a memória depende de suportes que a ancoram no mundo vivido (Ricoeur, 2007, p. 25).

Pode-se compreender a memória, assim, como uma capacidade organizadora responsável por articular um conjunto múltiplo de lembranças que, embora variem em intensidade e clareza, recebem dela continuidade e coerência. A construção do presente e a projeção do futuro dependem dessa relação com o passado, pois é por meio da memória que indivíduos e grupos asseguram sua permanência no tempo (Landim, 2004, p. 38). Nesse processo, o pensamento simbólico assume papel central, ao permitir que o ser humano intérprete a realidade e se oriente no mundo.

Por meio dos símbolos, expressam-se dimensões da existência que não são apreendidas diretamente pelos sentidos, mas que estruturam a vida social e cultural. A articulação entre símbolo, espaço e experiência revela-se, assim, constitutiva da condição humana

(Oliveira, 2010, p. 15). Como toda produção cultural se realiza em contextos espaciais e temporais específicos, ela acaba por inscrever marcas na paisagem, tornando visíveis as diferentes etapas do processo de construção da cidade.

Ao longo do tempo, as configurações urbanas passam a conservar vestígios de períodos históricos distintos, seja por meio de continuidades formais, seja pela permanência de elementos singulares que conferem identidade aos lugares. O que permanece na paisagem contemporânea não se limita a um registro material do passado, mas atua como suporte ativo da memória coletiva. Conforme aponta Landim (2004, p. 42), é a partir dessas permanências que se tornam compreensíveis os processos de transformação urbana e a consolidação da identidade dos lugares, inscritos nas informações que a própria cidade preserva.

Assim, a memória coletiva depende de marcos físicos que funcionem como âncoras da identidade social, impedindo que as lembranças se dissolvam na instabilidade da imaginação. Na paisagem das cidades brasileiras, poucos elementos reúnem tamanha força de permanência e densidade simbólica quanto os edifícios sagrados. Enquanto suportes ativos da memória, esses templos não apenas testemunham o passado, mas intervêm na forma como o espaço urbano é percebido no presente. É a partir dessa continuidade simbólica que se torna fundamental analisar, o papel específico da arquitetura religiosa como mediadora da memória e da identidade urbana, compreendendo de que modo o edifício sacro se constitui em elo entre fé, história e território.

A arquitetura religiosa como mediadora da memória e da identidade urbana

Compreender a memória coletiva como um processo ancorado em suportes físicos exige um olhar atento para a paisagem na qual esses vínculos se constroem. Se a memória garante a permanência dos grupos no tempo, é na paisagem que essa continuidade se torna visível, permitindo que o espaço deixe de ser apenas uma abstração geográfica e passe a constituir um campo sensível de percepção. A paisagem urbana passa a atuar como mediação entre o indivíduo e o espaço vivido, sendo apreendida por meio de experiências que articulam dimensões simbólicas e culturais responsáveis por atribuir significado às formas construídas. Assim, a paisagem, além de refletir a organização física da urbe, participa ativamente da constituição do sujeito (Landim, 2004, p. 31).

Essa articulação entre materialidade e vivência evidencia que o sentimento de pertencimento não se fixa em um ponto específico do território, mas se constrói na intersecção entre a prática cotidiana e a memória. Habitar implica reconhecer, em diferentes contextos espaciais, referências capazes de conferir continuidade à trajetória individual. Desse modo, o sujeito pode reconstruir sua noção de abrigo a partir de lembranças e afetos internalizados, revelando que o espaço vivido se consolida tanto na solidez das edificações quanto na dimensão mental e memorial (Pallasmaa, 2016, p. 22).

É importante distinguir o conceito de lugar daquele de espaço indiferenciado. Um lugar se constitui quando é capaz de produzir identidade, estabelecer relações sociais e conservar as marcas do tempo. Quando essas dimensões estão ausentes, o espaço perde sua capacidade de gerar pertencimento e aproxima-se da condição de não-lugar, marcada pela falta de permanência e pela fragilidade dos vínculos simbólicos. A distinção proposta por Augé (2005, p. 67) reforça, assim, a compreensão do lugar como uma construção cultural e relacional, e não como uma mera configuração geométrica.

O lugar pode ser compreendido, portanto, como uma realidade carregada de sentidos, produzida pelas relações humanas e pela simbolização do espaço. Trata-se de um lugar antropológico, no qual se inscrevem práticas, narrativas e experiências que ultrapassam a dimensão estritamente geométrica ou funcional. Essa perspectiva permite reconhecer que os significados atribuídos aos espaços não são inerentes às formas construídas, mas resultam de processos sociais contínuos, historicamente situados e sujeitos a transformações ao longo do tempo (Augé, 2005, p. 70).

No processo de consolidação desses significados, os objetos e ambientes que compõem o cotidiano assumem papel relevante, pois concentram valores socialmente compartilhados. Ainda que tais materialidades possam sofrer deslocamentos de sentido ao longo das décadas, elas oferecem relativa estabilidade às experiências coletivas, acompanhando as transformações dos grupos sociais sem que cada mudança implique, necessariamente, uma ruptura simbólica imediata. Como analisa Halbwachs (1990, p. 132), é essa permanência relativa que sustenta a continuidade da memória coletiva.

Na medida em que um grupo se apropria de um espaço, ele o molda segundo seus valores, ritos e modos

de vida, ao mesmo tempo em que se adapta às condições físicas preexistentes. Com o passar do tempo, essa relação gera reconhecimento e identificação, convertendo a arquitetura em referência para a memória comum. Mesmo diante de eventuais dispersões físicas de seus membros, as lembranças associadas aos lugares compartilhados tendem a permanecer como elemento de coesão, reforçando o vínculo entre território e identidade (Halbwachs, 1990, p. 133). No campo religioso, essa dinâmica de apropriação e permanência manifesta-se de forma particularmente intensa.

As práticas devocionais vividas coletivamente mantêm-se ativas por meio da repetição de rituais e celebrações transmitidos entre gerações. Nesse processo, a oralidade assume papel central, pois garante a atualização das lembranças e a reafirmação dos acontecimentos fundadores da fé. Dessa forma, o espaço religioso consolida-se como lugar de renovação da memória coletiva, articulando a necessidade humana de orientação existencial à forma construída (Corrêa, 2022, p. 74).

O templo cristão pode ser compreendido como um espaço existencial pleno, capaz de materializar referências que auxiliam o ser humano a interpretar sua relação com o sagrado. Ao reunir um conjunto relativamente estável de elementos formais e simbólicos, o edifício religioso integra-se ao cotidiano e passa a orientar percepções, comportamentos e valores (Oliveira, 2010, p. 17).

A paisagem urbana expressa de maneira concreta a relação entre sociedade, história e meio físico. Ao longo do tempo, as transformações culturais inscrevem-se no território, produzindo formas que refletem modos de produção, estruturas de poder e sistemas de valores. A cidade, edificada simultaneamente no tempo e no espaço, preserva em sua paisagem os vestígios dessas relações, funcionando como suporte material da memória coletiva e da identidade urbana (Landim, 2004, p. 31).

A exemplo, é possível citar um caso de destaque, a cidade de Aparecida e sua Basílica. Barbosa (2016, p. 137) afirma, que, a função religiosa é fator importante na construção do espaço urbano de Aparecida, sendo um caso singular e estando em conformidade com a ação da Igreja Católica. De acordo com alguns pesquisadores e estudiosos, Aparecida, junto a Guaratinguetá, faz parte de uma área de ocupação muito antiga, iniciada por volta do século XVII (Barbosa, 2016, p.

138). Dentre fatores econômicos, políticos e sociais, uma imagem sagrada descoberta no Rio Paraíba em 1717, contribuiu para o aumento da Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá (Oliveira, 2001 *apud* Barbosa, 2016, p. 138). A partir desse evento, foi construída uma pequena capela para abrigar a imagem, e com a crescente peregrinação, demandou a construção de uma segunda, maior e em melhor localização, no mesmo local onde hoje se encontra o Santuário Nacional de Aparecida. Ainda hoje, a Basílica recebe milhares de peregrinos durante todo ano, movimentando também a economia local. No campo da antropologia, há autores como Godoy (2023), que analisa, a partir das dimensões, religiosas, políticas e estéticas, a monumentalidade da Basílica com a prática do catolicismo.

O segundo exemplo é a cidade de São Luiz do Paraitinga, que, assim como Aparecida, se localiza no Vale do Rio Paraíba. Em maio de 1769 foi autorizada a criação da povoação de São Luís do Paraitinga. Escolhido o sítio para o povoado, no bojo da ocupação e defesa territorial promovida pelo Morgado de Mateus, a mando de D. José I, "foi conveniente demarcá-lo com a ereção de uma igreja", a de Nossa Senhora dos Prazeres, que já em 1772, achava-se construída. Achando-se a igreja construída e com pároco que lhe administrava "todos os Sacramentos e este Servisse também de Vigário da vara" e por estar a povoação muito distante de "vilas que tenham Justiça", os moradores pedem que ela seja promovida à Vila. Mais uma vez, nota-se o sagrado, materializado na edificação da igreja dos Prazeres, se interligando ao social e à memória local (Saia; Trindade, 1977, p. 12).

Saia (1977, p.22-23), tratando de São Luiz do Paraitinga, apresenta a centralidade da Igreja Matriz em aspectos sociais, mostrando como o primeiro templo, edificado de forma precária, acabou sendo demolido por representar risco aos fiéis e, em seguida, a construção da nova igreja matriz, foi afetada por conflitos sociopolíticos que acabaram por alterar a implantação da própria igreja e o traçado urbano da cidade de São Luiz do Paraitinga.

De acordo com Allucci e Schicchi (2019, p.25), a paisagem urbana de São Luiz do Paraitinga se compõe das inter-relações entre os elementos materiais e as práticas sociais. É possível perceber isto nos vários festivais de cultura caipira e religiosa que ocorrem durante o ano, com destaque para festas do calendário católico, como a do Divino Espírito Santo, as romarias e as festas juninas.



Figura 1

São Luiz do Paraitinga, com a igreja matriz e seu adro norteando a ocupação urbana. Fonte: <https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/vista-panoramica-de-sao-luiz-do-paraitinga>. Acesso: 02 mai 2026.

Isto posto, nota-se, nos exemplos apresentados, que a relação entre a igreja e a cidade se apresenta de forma marcante mesmo na contemporaneidade, trazendo consigo a memória e a preservação da cultura material e imaterial no caminhar do tempo. Isso ocorre, em maior ou menor escala, em todas as cidades do interior paulista: as marcas do sagrado – e pode-se acrescentar, do catolicismo – sempre estão presentes.

No contexto brasileiro, a materialização dessa memória encontra uma das expressões mais persistentes na presença massiva dos templos católicos, quase sempre com suas torres apontadas ao alto. Templos que, ao longo do tempo, atuaram como marcos de fundação, orientação e centralidade em incontáveis núcleos urbanos. Estruturada em torno do sagrado, essa dinâmica urbana se revela de maneira particularmente expressiva no território paulista, não só pela arquitetura religiosa ter exercido papel decisivo na conformação do espaço público e na organização inicial das cidades – fato que se deu em todas as outras regiões brasileiras – mas porque a isso se juntou o traçado ortogonal regular e ao fato de a igreja matriz estar, com raras exceções, em porção central de uma quadra, tendo à sua frente outra quadra ocupada por uma praça, ambas em local de destaque da paisagem local. Com isso, o templo atendia às recomendações do Vaticano



Figura 2

Vista da cidade de Jaú, em 1888, vendo-se ao centro, acima, a igreja matriz primitiva, dominando o traçado ortogonal. Fonte: <https://historiadejahu.blogspot.com/2015/02/o-jardimde-baixo-de-largo-do-rosario.html>. Acesso 02 mai 2026.

e se sobressaía na paisagem urbana como referência visual, quase onipresente, e sonora, pelo repicar constante de seus sinos.

Torna-se necessário examinar as especificidades desse processo, investigando de que modo a arquitetura religiosa assumiu protagonismo na formação da paisagem urbana do interior paulista.

Arquitetura religiosa e formação da paisagem urbana no interior paulista

Para compreender a relação entre o sagrado e o ambiente construído, deve-se ultrapassar uma leitura restrita à forma arquitetônica. A experiência do espaço sagrado constitui, em sua origem, um fenômeno religioso que não se limita à existência material de um edifício. Ainda assim, no campo da arquitetura, essa materialização assume papel fundamental, pois orienta usos, práticas e a própria organização das cidades. O espaço sagrado consolida-se, desse modo, como uma construção subjetiva que se fortalece ao longo do tempo, ancorando-se em formas capazes de lhe conferir permanência, reconhecimento e visibilidade no território (Oliveira, 2010, p. 17–18).

Assim, ao deslocar o olhar do edifício isolado para o modo como ele se inscreve e é vivido no tecido ur-

banos, torna-se indispensável compreender a paisagem como instância de mediação entre materialidade e experiência. A paisagem urbana pode ser entendida como um conjunto que articula elementos físicos, como relevo, vegetação e edificações, as dimensões subjetivas, constituindo-se como uma construção mental e social moldada pelas formas de percepção e interação dos indivíduos com o meio. A experiência urbana não se restringe aos volumes edificados, mas envolve uma combinação de cores, sons e movimentos que atribuem significado social e sensorial ao espaço vivido (Landim, 2004, p. 28–29).

É nesse campo da experiência cotidiana que a cidade se apresenta, simultaneamente, como abrigo do grupo social e como cenário no qual determinadas formas adquirem densidade simbólica. Ela se configura como o espaço construído fundamental da vida coletiva, manifestando-se de múltiplas maneiras, desde pequenos núcleos ainda fortemente vinculados ao meio rural até centros urbanos densamente edificados (Landim, 2004, p. 25). Em seu interior, o templo estabelece uma relação direta entre religião e urbanismo: tendo sido historicamente o elemento gerador dos primeiros núcleos de povoamento, esses espaços sagrados se mantêm como pontos de encontro essenciais, marcando a evolução da sociedade e contribuindo para a permanência da memória coletiva no espaço urbano (Campos, 2014, p. 117).

A afirmação da centralidade do santuário explicita o mecanismo pelo qual determinados pontos do território deixam de ser meras localizações e passam a operar como referências para a vida coletiva. Isso está diretamente associado à forma como os indivíduos percebem o território e atribuem significados aos lugares.

Essa passagem do espaço ao lugar relaciona-se, diretamente, à condição humana de produzir pertencimento a partir do vivido. O ato de habitar revela uma dimensão fundamental da arquitetura, ao organizar a vida humana no tempo e no espaço e transformar o ambiente abstrato em um lugar pessoal e significativo (Pallasmaa, 2016, p. 7). Nesse processo, cidades e edifícios antigos assumem papel relevante, pois preservam marcas do passado e oferecem um contraponto ao ritmo acelerado da vida contemporânea, permitindo uma percepção mais profunda do tempo histórico (Pallasmaa, 2016, p. 9). Essa relação com o espaço responde ao desejo humano por um lugar de referência, um ponto de origem e de retorno capaz de oferecer acolhimento e sentido à existência em meio à

escala monumental da cidade (Campos, 2014, p. 33), ou ao ritmo vertiginoso com que, esta, se modifica.

Reconhecer o papel existencial do habitar, contudo, não implica conceber a cidade como uma realidade estática. Pelo contrário, é justamente porque a cidade se transforma que determinados marcos adquirem força como referências de continuidade. Assim como a sociedade, a paisagem urbana encontra-se em permanente mudança, renovando-se por meio de novas construções e novos usos atribuídos aos lugares. Essa evolução, entretanto, não apaga o passado. A paisagem ganha sentido a partir da percepção individual, que identifica nela a permanência de elementos pertencentes a distintos tempos históricos (Landim, 2004, p. 37). Nesse contexto, a arquitetura religiosa e os edifícios históricos não se configuram como simples resquícios, mas como âncoras que sustentam o sentimento de pertencimento e a continuidade da memória no espaço urbano.

É a partir dessa chave, na qual permanência e transformação coexistem, que se torna possível compreender por que, no caso brasileiro, a arquitetura religiosa não pode ser interpretada apenas como expressão de fé, mas também como componente estruturante do espaço urbano. Até a Proclamação da República, a Igreja Católica desempenhou papel decisivo na formação e no desenvolvimento inicial dos núcleos urbanos brasileiros. Como herança do processo de colonização portuguesa, o país incorporou uma estrutura social e urbana profundamente marcada pelos valores católicos, resultado da estreita articulação entre a Igreja e o Estado português (Rosada, 2010, p. 21). Essa condição de instituição oficial assegurou que os edifícios religiosos fossem valorizados e edificadas com rigor técnico, recorrendo a materiais de melhor qualidade e a projetos elaborados por profissionais de destaque, o que conferiu a essas obras um papel de relevo no cenário arquitetônico de seu tempo (Trefl, 2021, p. 80).

Nesse enquadramento histórico, a centralidade do templo torna-se perceptível não apenas como um dado simbólico, mas como uma presença concreta na organização e no reconhecimento dos centros urbanos. A atuação da Igreja estabeleceu uma relação profunda com a morfologia das cidades, frequentemente estruturadas em torno de uma praça central e de sua igreja matriz. Mais do que um elemento físico, o templo passou a ser reconhecido pelos moradores como referência da história local e do momento fundacional do núcleo urbano. Ao longo do século XIX, essas edificações deixaram marcas duradouras na paisagem e

no cotidiano, concentrando funções administrativas e religiosas e reunindo as principais atividades sociais que organizavam a vida coletiva nos centros urbanos (Treff, 2021, p. 26).

É preciso considerar o papel administrativo exercido pelas estruturas eclesiásticas em territórios afastados dos grandes centros para compreender a construção dessa centralidade no cotidiano e no funcionamento das povoações. A edificação da capela materializava a presença do poder público, em regiões distantes, como braço administrativo do Império. Mais do que centro espiritual, a capela simbolizava a união entre os poderes religioso e estatal, consolidando a autoridade imperial no território.

O pároco exercia funções que extrapolavam a liturgia, sendo responsável pelos registros civis, pela gestão da paróquia e por etapas centrais do processo eleitoral. Cabia ao sacerdote divulgar o censo da freguesia e fazer o reconhecimento dos eleitores, atuando em um sistema no qual a participação política exigia, obrigatoriamente, a profissão da religião oficial (Ghirardello, 2021, p. 71–72).

Essa sobreposição de funções explica-se, em grande medida, pela forma como o território era organizado e reconhecido institucionalmente. As freguesias constituíam as unidades fundamentais de divisão territorial, desempenhando papel equivalente ao que hoje se atribui aos distritos administrativos. Nesse contexto, a Igreja Católica atuava como a instituição mais próxima dos atuais cartórios, e os sacerdotes exerciam funções administrativas comparáveis às de escriturários. Cabia-lhes a realização dos registros civis de batismo, matrimônio e óbito, atividade pela qual recebiam a cônica remuneração estatal paga inicialmente pela Coroa portuguesa e, após a Independência, pelo Império do Brasil (Rosada, 2015, p. 29).

Desse modo, a dimensão religiosa articulava-se diretamente à dimensão institucional, fazendo com que a presença do templo se tornasse condição indispensável para a formalização dos núcleos urbanos. Essa configuração evidencia a estreita relação entre governo e Igreja, mantida até a promulgação da primeira Constituição Republicana. Nesse sistema, a existência de um templo católico era requisito fundamental para o reconhecimento oficial de qualquer povoação, uma vez que a instituição compartilhava responsabilidades administrativas centrais com a Casa de Câmara e Cadeia. A igreja, assim, não se limitava à organização da vida espiritual, mas centralizava os registros legais da

população, atuando como uma extensão do poder estatal no território (Carvalho; Benincasa, 2022, p. 2).

Ao deslocar o foco para o interior paulista, contudo, essa base institucional precisa ser analisada em diálogo com os vetores econômicos e infraestruturais que reorientaram o processo de ocupação do território. A expansão da cafeicultura constituiu o principal motor desse movimento, processo que ganhou celeridade e complexidade com a implantação da infraestrutura ferroviária. Ao viabilizar o escoamento da produção agrícola, o trem atuou simultaneamente como agente de urbanização, estimulando tanto a fundação de novos núcleos habitacionais quanto a consolidação de patrimônios religiosos em cidades já existentes (Ghirardello, 2021, p. 47).

Esse cenário contribui para compreender por que, em muitas cidades, a organização espacial passou a expressar uma articulação entre a centralidade tradicional da igreja matriz e os novos polos de circulação e economia. Em um contexto de transformação territorial, a paisagem urbana passou a estruturar-se a partir da relação entre dois polos fundamentais. De um lado, a praça da matriz, historicamente associada às residências da elite agrária; de outro, a estação ferroviária. A conexão entre esses espaços se realizava por meio da rua comercial principal, responsável por estabelecer um eixo de circulação vital para a cidade, enquanto a linha férrea, simultaneamente, impunha uma barreira física que condicionava a expansão da malha urbana (Landim, 2004, p. 65).

A importância da estação ferroviária aumenta em cidades surgidas após o final do Padroado, no início do século XX, quando desaparece a obrigatoriedade da doação do Patrimônio fundacional. Isso vai ocorrer principalmente com as novas cidades surgidas na expansão das linhas das companhias ferroviárias Araquense, Noroeste do Brasil, Alta Paulista e Alta Sorocabana, rumo a oeste, em direção às barrancas do rio Paraná. Com a ferrovia assumindo esse papel estruturador, torna-se possível observar uma alteração na hierarquia de leitura da cidade, sem que isso implicasse, de imediato, a perda da referência simbólica representada pelo templo. Nestas localidades, a estação passou a ocupar posição de destaque como elemento ordenador, em muitos casos, como na zona da Noroeste do Brasil, sobrepondo-se à centralidade tradicional da igreja. O traçado urbano passou, então, a responder às diretrizes impostas pela ferrovia e por sua esplanada, resultando em configurações espaciais mais padronizadas e repetitivas, marcadas pela pre-

dominância da lógica ortogonal na organização inicial da paisagem (Landim, 2004, p. 66–67). Curioso notar que, nestas zonas de povoamento mais recente, ocupadas por cafezais e ferrovias, mesmo em cidades distantes das linhas, o loteamento inicial previa a doação de terreno para a construção de uma igreja matriz, além de outros para equipamentos “republicanos”, como prefeitura, câmara de vereadores, escola, delegacia. A presença da matriz, perdurava por força da tradição, e pelo esforço da Igreja Católica em não sucumbir frente ao laicismo instituído com a Proclamação da República (Trefz, 2025).

Isto pode ser observado na atual cidade de Braúna, fundada em 1912, pelo agrimensor Adolpho Hecht, a partir do loteamento de suas terras na zona da Noroeste, porém distante da ferrovia. Talvez para incentivar a venda dos lotes e promover a ocupação, uma das quadras foi doada à Igreja Católica, onde se instalou, ao centro, a sua igreja matriz (Gastaldi, Benincasa, 2023, p.45).

Ainda assim, mesmo diante dessas mudanças na hierarquia espacial, convém distinguir centralidade simbólica, posse territorial e competência administrativa, uma vez que essas dimensões não se sobrepõem automaticamente.

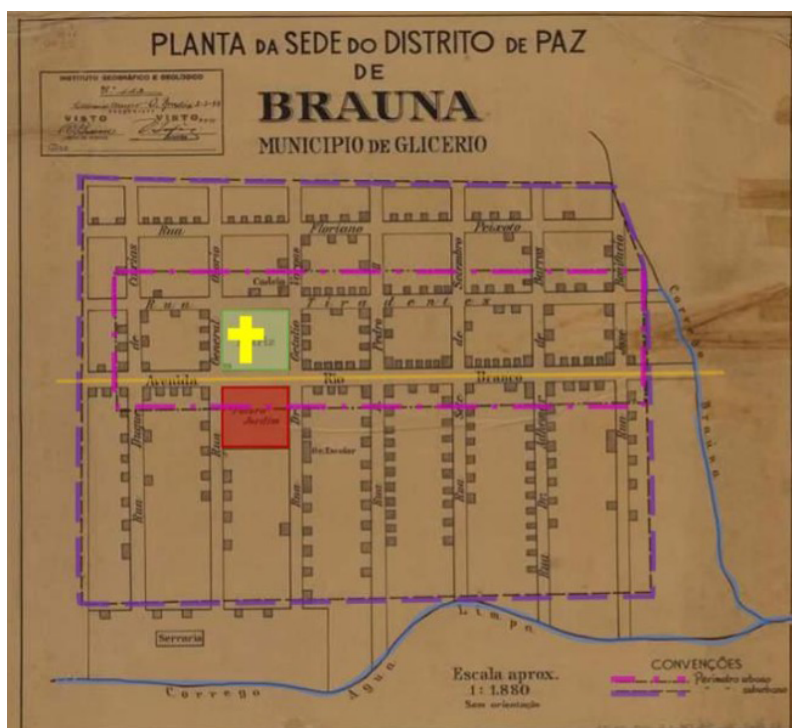


Figura 3
Planta do traçado inicial do distrito de paz de Braúna, Município de Glicério, 1941. Fonte: D. O. Gastaldi, 2026.

Embora a Igreja Católica, durante a vigência do Padroado, figurasse como a maior proprietária de terras no Brasil, superando inclusive o Estado em volume de áreas aforadas, essa condição não lhe assegurava o controle sobre o desenho urbano. A definição dos traçados urbanos e o ordenamento do território eram de responsabilidade exclusiva das Câmaras Municipais, o que limitava o alcance institucional da Igreja sobre a conformação urbana (Ghirardello, 2021, p. 75). Tal distinção, contudo, não enfraquece o papel estruturante do sagrado, já que, dado o sistema do Padroado, a formação dos povoados e a presença do templo permaneceram fortemente vinculadas, ainda que sob diferentes arranjos institucionais, ocorrendo, na maioria dos casos, de forma simultânea. Esse vínculo exerceu influência direta tanto sobre a consolidação das paróquias quanto sobre as transformações arquitetônicas que as igrejas matrizes sofreram ao longo do tempo (Treft, 2021, p. 21).

Em 1890, a então província de São Paulo possuía 136 cidades, cerca de 100 delas surgidas com a expansão cafeeira, por meio da criação de patrimônios religiosos (Bassanezzi, 1998). Se considerarmos as capelas e freguesias de cada um deles, também criadas através da doação de terras a santos, que seriam tornadas cidades já em tempos republicanos, esse número pode mais que duplicar. Esse modelo se distinguia tanto das estratégias defensivas, características dos séculos anteriores, quanto dos loteamentos privados que se consolidariam ao longo do século XX, colocando a iniciativa religiosa como principal vetor da urbanização naquele período (Ghirardello, 2021, p. 73). Como detalha o autor, esses núcleos tinham origem em doações privadas de terras rurais consagradas a um santo de devoção do proprietário, gênese que influenciava diretamente a construção da identidade local. Não por acaso, a denominação das cidades frequentemente articulava o nome do padroeiro a elementos geográficos da região (Ghirardello, 2021, p. 74).

Uma vez doado o patrimônio, o passo seguinte não se restringia à edificação de um templo, mas implicava a instituição de uma lógica de ocupação e de domínio territorial que conferia forma ao núcleo e sustentava sua legitimidade. Ao analisar o desdobramento desse processo, Treft (2021, p. 29) reforça a centralidade da instituição eclesiástica na organização territorial. Segundo o autor, após a doação, a Igreja assumia o domínio da área e legitimava a ocupação por meio do valor simbólico atribuído ao templo, independentemente do estágio de sua construção. Com isso, cabia à instituição administrar o parcelamento do solo por

meio do sistema de aforamento, estabelecendo a cobrança de taxas anuais aos novos moradores.

Para compreender a base jurídica e política que sustentava essas práticas, torna-se indispensável explicitar o funcionamento do padroado como regime de cooperação entre Igreja e Estado, responsável por organizar tanto a administração quanto a materialidade urbana. Até a Proclamação da República, a Igreja Católica desempenhou papel determinante na organização das cidades brasileiras em razão desse sistema. Estabelecido inicialmente entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa e posteriormente mantido pelo Império do Brasil, o padroado permitia ao Estado indicar bispos, arrecadar dízimos e criar dioceses. Em contrapartida, cabia ao governo a difusão do catolicismo, a construção e a manutenção dos templos, bem como a remuneração do clero. Essa integração fazia com que Igreja e Estado atuassem de forma articulada na administração do território, quadro que se alterou apenas com o advento da República, quando a separação entre Estado e religião extinguiu os privilégios concedidos a qualquer culto (Gabriel; Benincasa, 2019, p. 112–113).

Na prática, o arranjo institucional materializava-se no reconhecimento dos sucessos do empreendimento urbano, quando a capela e sua elevação à categoria de freguesia operavam como dispositivos formais de legitimação da povoação. A capela assumia papel central na criação das cidades, atuando simultaneamente como polo de atração de moradores e como requisito para o reconhecimento oficial do núcleo urbano. Durante o período imperial, a elevação à condição de freguesia constituía etapa indispensável para a institucionalização do assentamento, o que tornava a construção da igreja a prioridade imediata após a doação das terras (Rosada, 2010, p. 36).

Essa centralidade institucional se refletia diretamente na organização física do espaço. O edifício religioso era implantado em posição estratégica no interior do patrimônio, orientando o traçado das ruas e estruturando a ocupação do entorno. Ao mesmo tempo, sua localização em pontos elevados do terreno garantia visibilidade, destaque simbólico e caráter monumental na paisagem urbana, reforçando sua condição de referência espacial e identitária (Rosada, 2015, p. 30). As escolhas relativas à implantação do templo e à organização de seu entorno relacionam-se, ainda, ao modo como os espaços públicos brasileiros se constituíram historicamente, em estreita associação com a arquitetura religiosa e com as práticas coletivas a

ela vinculadas. Bonduki (2010, p. 63) observa que as normas eclesiásticas determinavam a construção das igrejas em locais altos e relativamente isolados, tanto por razões de salubridade quanto pela necessidade de viabilizar a realização de procissões. Esse afastamento em relação às edificações vizinhas acabou por gerar largos e praças no entorno das matrizes, vinculando diretamente o nascimento do espaço público brasileiro à presença do templo.

Por fim, para que essa centralidade do templo se convertesse em malha urbana efetiva, tornou-se necessário traduzir o valor simbólico e institucional do patrimônio religioso em decisões técnicas de traçado, executadas por agentes vinculados à esfera municipal. A materialização do assentamento exigia, portanto, a definição do traçado viário, tarefa atribuída a um arruador indicado pela Câmara Municipal. Diante da escassez de engenheiros e arquitetos no período, esse ofício era comumente desempenhado por agrimensores práticos, responsáveis por desenhar as ruas a partir das condições topográficas do terreno, sem desconsiderar a centralidade da igreja como referência organizadora do núcleo urbano, porém raramente fugindo do traçado regular ortogonal (Ghirardello, 2021, p. 95).



Figura 4
Vista aérea de Santa Rita do Passa Quatro, com a igreja matriz e a praça fronteira. Fonte: Acervo particular. Autor desconhecido, s/d

Dessa maneira, a arquitetura religiosa revela-se como elemento fundamental na mediação entre o passado e o presente, ao articular memória coletiva, identidade urbana e permanências espaciais. Unindo valores simbólicos, funções sociais e significados históricos, os templos católicos tornam-se referências que permitem à população reconhecer-se no espaço e atribuir sentido à própria trajetória urbana. No interior paulista, esse papel se manifesta com especial clareza diante dos processos de formação territorial vinculados aos patrimônios religiosos e à institucionalização da Igreja na vida cotidiana. Compreender a arquitetura religiosa como mediadora da memória e da identidade urbana contribui, assim, para ampliar o debate sobre patrimônio cultural, deslocando-o de uma leitura restrita ao objeto material a ser preservado para uma compreensão mais ampla, que reconhece esses edifícios como estruturas vivas de significação, cuja permanência sustenta a continuidade histórica das cidades.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste artigo possibilitou compreender a arquitetura religiosa não apenas como expressão material da fé, mas como elemento estruturador da paisagem urbana e mediador fundamental da memória coletiva e da identidade social. Ao articular os conceitos de memória, lugar e paisagem, evidenciou-se que os edifícios sacros atuam como suportes simbólicos capazes de conferir continuidade histórica aos núcleos urbanos, especialmente no contexto do interior paulista, marcado pela presença institucional da Igreja Católica em seu processo de formação territorial.

A partir da abordagem da memória coletiva, verificou-se que as lembranças compartilhadas não se sustentam de forma abstrata, mas dependem de ancoragens espaciais que materializam valores, práticas e narrativas ao longo do tempo. Nesse sentido, os templos religiosos configuram-se como marcos privilegiados dessa ancoragem, pois concentram rituais, experiências e símbolos que reforçam o pertencimento e a coesão social. A arquitetura religiosa ultrapassa o âmbito estritamente litúrgico e passa a integrar o conjunto de referências que estruturam a experiência urbana e orientam a leitura da cidade.

No caso brasileiro, e de maneira particular no interior paulista, essa dinâmica assume contornos específicos em razão do papel histórico desempenhado pela Igreja Católica na consolidação dos núcleos urbanos. A

criação de patrimônios religiosos, a elevação de capelas à condição de freguesia e a atuação administrativa do clero demonstram que o templo acompanhou o crescimento das cidades, atuou como agente ativo de sua institucionalização e organização espacial. Mesmo diante de transformações econômicas e infraestruturais, como a expansão ferroviária, a arquitetura religiosa manteve relevância simbólica, ainda que, em determinados contextos, sua centralidade funcional tenha sido relativizada.

Compreender o espaço sagrado como lugar antropológico, produzido por relações humanas e simbolização do território, faz com que os significados atribuídos à arquitetura religiosa não sejam fixos, mas continuamente ressignificados. Essa condição explica por que tais edifícios permanecem como referências identitárias mesmo quando seus usos, contextos urbanos ou hierarquias espaciais se transformam. A permanência relativa dessas formas assegura a continuidade da memória coletiva, permitindo que diferentes gerações reconheçam, no espaço construído, vestígios de sua própria trajetória social.

Dessa forma, a arquitetura religiosa pode ser compreendida como um dispositivo de mediação entre passado e presente, capaz de articular história, memória e identidade no tecido urbano. Reconhecer esse papel contribui para ampliar o debate sobre patrimônio cultural, deslocando-o de uma compreensão restrita ao objeto material para uma leitura mais abrangente, que considera os valores simbólicos, sociais e existenciais inscritos na paisagem. No contexto contemporâneo, essa perspectiva se mostra essencial para a reflexão sobre os processos de reconhecimento e preservação do patrimônio religioso, sobretudo nas cidades do interior, onde esses edifícios continuam a desempenhar papel central na construção do sentido de lugar e da identidade urbana.

Referências

ALLUCCI, R. R.; SCHICCHI, M. C. S. *São Luiz do Paraitinga: o imaginário fundacional e suas projeções*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 27, 2019, pp. 1-34.

AUGÉ, M. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90º Graus Editora, 2005.

BARBOSA, I. F. *A igreja católica em Aparecida - SP: um agente social na produção e reprodução do espaço urbano*. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 12, n. 2, 2016.

- BASSANEZZI, M. S. C. B. São Paulo do passado: dados demográficos Vol. V. 1890. Campinas: Núcleo de Estudos de População-NEPO-UNICAMP, 1998. Disponível em: hrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1890.pdf. Acesso em 02 mai 2016.
- BENINCASA, V.; GABRIEL, M. H. *Preservação de arquitetura eclética sacra: Igreja Matriz de São João Batista de Bocaina - SP*, Brasil. Revista CPC, v. 14, n. 28, 2019, pp. 108-136.
- BONDUKI, N. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- CAMPOS, J. C. B. *O espaço sagrado: linguagem, simbolização e construção de uma categoria*. Campinas: UNICAMP, 2014. Tese (Doutorado).
- CARVALHO, B. F.; BENINCASA, V. O Santuário de São Sebastião: arquitetura sacra neo-colonial em Porto Ferreira (SP). *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v. 20, 2022.
- CERÁVOLO, A. L. *Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60*. São Carlos: IAU-USP, 2010. Tese (Doutorado).
- CORRÊA, A. R. *Santuário Nossa Senhora Aparecida da Babilônia como Patrimônio Cultural*. São Carlos: IAU-USP, 2022. Dissertação (Mestrado).
- GASTALDI, D. O.; BENINCASA, V. Adolpho Hecht: traçado do agrimensor no urbanismo fomentado pela ferrovia. *Scientific Journal ANAP*, [S. l.], v. 1, n. 8, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/4382>. Acesso em: 2 may. 2026.
- GASTALDI, D. O. Adolpho Hecht: traçado do agrimensor no urbanismo fomentado pela ferrovia. Bauru: PPGArq-FAAC-UNESP, 2026. Dissertação (Mestrado).
- GHIRARDELLO, N. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- GODOY, A. *Uma basílica grande e bela como o Brasil: a fabricação de um catolicismo monumental*. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, v. 55, n. 1, 2023, pp. 1-29.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1990.
- LANDIM, P. C. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: EDUSP/Nobel, 1991.
- MORADEI, N. S. *A grande enchente de São Luiz do Paraitinga - 2010*. São Paulo: FAU-USP, 2016. Dissertação (Mestrado).
- MÜLLER, N. L. *O fato urbano na bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- OLIVEIRA, D. D. F. *A produção do espaço sagrado na arquitetura contemporânea: a interpretação da fé católica a partir do séc. XX*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação (Mestrado).

PALLASMAA, J. *Habitar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2016.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSADA, M. *Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774-1939)*. São Carlos: EESC-USP, 2010. *Dissertação (Mestrado)*.

ROSADA, M. *Igrejas paulistas da Colônia e do Império: arquitetura e ornamentação*. São Carlos: IAU-USP, 2015. *Tese (Doutorado)*.

SAIA, L.; TRINDADE, J. B. *São Luís do Paraitinga*. São Paulo: Condephaat, 1977.

TREFT, R. A. *Apropriações arquitetônicas: o neocolonial na Diocese de Limeira*. São Paulo: FAU-USP, 2021. *Dissertação (Mestrado)*.

TREFT, R. A. *Igrejas neocoloniais paulistas: arquitetura, tradição e modernidade*. São Paulo: FAU-USP, 2025. *Tese (Doutorado)*.